

Coordenadores

JOÃO BATISTA LOPES

(Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP.
Desembargador aposentado. Consultor Jurídico em São Paulo)

LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA

(Mestre em Direito pela UFPE. Doutorando em Direito pela PUC/SP.
Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado)

EXECUÇÃO CIVIL

(Aspectos Polêmicos)

Autores

ARAKEN DE ASSIS

BERENICE SOUBHIE NOGUEIRA MAGRI

CASSIO SCARPINELLA BUENO

DONALDO ARMELIN

EDUARDO MELO DE MESQUITA

EVARISTO ARAGÃO SANTOS

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO

JOÃO BATISTA LOPES

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

LEONARDO GRECO

LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA

MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE

MARIA ELIZABETH DE CASTRO LOPES

OLAVO DE OLIVEIRA NETO

SÉRGIO SHIMURA

DIALÉTICA

São Paulo – 2005

347.952(81)

E96c



<http://bdjur.stj.gov.br>

05-6870

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP. Brasil)

Execução Civil: aspectos polêmicos / coordenadores

João Batista Lopes, Leonardo José Carneiro da Cunha. - São Paulo :
Dialética, 2005.

Vários autores. Bibliografia. ISBN 85-7500-145-0

1. Execuções (Direito) I. Lopes, João Batista. . Cunha, Leonardo José
Carneiro da. CDU-347.952

índices para catálogo sistemático:

1. Execução : Processo civil 347.952

2. Processo de execução : Direito civil 347.952

347.952(81)
E96c



<http://bdjur.stj.gov.br>

Índice

ARAKEN DE ASSIS

- Responsabilidade Patrimonial

- Introdução. 1. Enunciação do princípio da responsabilidade patrimonial.
- 2. Fonte legislativa do princípio da responsabilidade patrimonial.
- 3. Fundamento do princípio da responsabilidade patrimonial.
- 4. Domínios do princípio da responsabilidade patrimonial.
- 5. Responsabilidade patrimonial e objeto da expropriação.
- 6. Objeto da responsabilidade patrimonial.
- 7. Distinção entre parte e terceiro no processo executivo.
- Conclusão

11

BERENICE SOUBHIE NOGUEIRA MAGRI

- Ação Anulatória de Atos Executórios

- 1. Introdução.
- 2. Considerações gerais sobre ação anulatória.
- 3. Ação anulatória de atos executórios.
- 4. Conclusão

25

CASSIO SCARPINELLA BUENO

- Execução Provisória

- 1. Noções gerais.
- 2. A execução provisória e o sistema recursal.
- 3. O regime jurídico da execução provisória.
- 4) Execução provisória contra a Fazenda Pública.
- 5) Propostas de alteração da execução provisória (Projeto de Lei n. 52/2004).
- 6) Conclusões.

39

DONALDO ARMELIN

- Notas sobre os Embargos de Terceiro

- 1. Introdução.
- 2. Breve esboço histórico.
- 3. Figuras processuais afins no Direito estrangeiro.
- 4. Natureza jurídica.
- 5. Estrutura.
- 6. Admissibilidade e mérito nos embargos de terceiro.
- 7. Prazo para o seu aforamento.
- 8. Pressupostos processuais.

347.952(81)
E96c



9. Procedimento.
10. Efeitos do recebimento dos embargos.
11. A defesa do embargado.
12. Intervenção de terceiros.
13. Instrução probatória.
14. Crises procedimentais.
15. Sentença e coisa julgada.
16. Sistema recursal.
17. Conclusão.

69

EDUARDO MELO DE MESQUITA

• As Tutelas de Urgência na Execução Civil

1. Introdução.
2. Tutelas de urgência e a tutela jurisdicional executiva.
3. Tutelas de urgência e o processo de execução autônomo.
4. Tutelas de urgência.
5. Admissibilidade de medidas urgentes cautelares e satisfativas na execução.
6. Considerações conclusivas.

95

EVARISTO ARAGÃO SANTOS

• A Sentença como Título Executivo

1. Nosso objeto de investigação e o panorama jurídico a seu redor.
2. Ausência de correlação necessária entre sentença condenatória e execução autônoma.
3. A cisão cognição-execução teve como causa subjacente razões meramente funcionais.
4. Aglutinar cognição e execução é questão de política legislativa e não decorrência da eficácia das sentenças.
5. Sentenças auto-suficientes e meramente instrumentais.
6. Os provimentos mandamentais e "executivos *lato sensu*" são meramente instrumentais.
7. A sentença condenatória (ordinária, mandamental ou "executiva") é título executivo.
8. Panorama geral da atividade executiva em nosso ordenamento: execução (forçada) direta e indireta.
9. Execução versus efetivação.
10. O título executivo como manifestação do devido processo legal: atualidade do princípio da *nulla executio sine titulo*.
11. As decisões antecipatórias como título executivo.
12. Autonomia e abstração do título executivo nesse contexto.

347.952(81)
E96c



13. Conclusão e resumo de nossa opinião.	123
--	-----

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

- Ação Rescisória e Decisões Proferidas no Processo de Execução
 1. Formação de coisa julgada material no processo de execução: cabimento da rescisória.
 2. Exame do modelo em que não há processo autônomo de execução: confirmação do cabimento da rescisória.
 3. Decisões proferidas em embargos do devedor.
- 149

FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO

- Princípio da Proporcionalidade na Execução Civil
 1. Limites do trabalho.
 2. Noções históricas do princípio da proporcionalidade.
 3. Normas, princípios e regras.
 4. Natureza jurídica do princípio da proporcionalidade.
 5. Distinção e interação do princípio da proporcionalidade com o princípio da razoabilidade.
 6. Elementos do princípio da proporcionalidade.
 7. Críticas ao princípio da proporcionalidade.
 8. Aplicação do princípio da proporcionalidade na execução civil.
 9. Nova dimensão do princípio da proporcionalidade sob a ótica do autor.
- 159

JOÃO BATISTA LOPES

- Defesa do Executado por Meio de Ações Autônomas
 1. Considerações preambulares.
 2. Peculiaridades da execução e forma de atuação do contraditório.
 3. Os meios de defesa do executado.
 4. Defesa do executado por meio de ações autônomas.
 5. Suspensão do processo executivo por medida cautelar ou tutela antecipada concedida em ação de conhecimento paralela à execução.
 6. Processo de execução, coisa julgada e ações autônomas.
 7. Suspensão da execução e efetividade do processo.
- 191

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

- Breves Notas sobre a Tutela Mandamental e o art. 14, inc. V, e parágrafo único do CPC

347.952(81)
E96c



1. Importância dos conceitos jurídicos e reflexos pragmáticos.
2. Influência dos valores da *common law* e de outros ordenamentos jurídico-processuais estrangeiros no Direito brasileiro. *Injunctions e contempt of court*.
3. Breve distinção preliminar: prisão por dívidas e prisão decorrente do descumprimento de ordem.
4. Distinção entre sentença condenatória e sentença mandamental.
5. Restrição da tutela mandamental à violação das "obrigações legais", com exclusão das "obrigações convencionais". Aplicabilidade do art. 461, § 5º, do CPC à execução de sentença condenatória ou de título executivo extrajudicial.
6. Insuficiência das classificações doutrinárias existentes. Expedição de ordem judicial em caráter principal e incidental, *ex officio* ou mediante requerimento da parte.
7. Cumprimento da ordem ou da obrigação?
8. A questão da ordem sob pena de multa. Nova concepção de tutela mandamental.
9. Distinção entre as medidas dos arts. 461 e 461-A do CPC e do art. 14, inc. V e parágrafo único do CPC.
10. Conclusão: nosso conceito de tutela mandamental. 203

JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

- Efetividade do Processo: a Execução em Momentos Distintos da Reforma do CPC
 1. Efetividade do processo de execução.
 2. O processo de execução na primeira fase da reforma.
 3. A segunda fase da reforma processual: mais uma vez a execução.
 4. Considerações finais. 219

LEONARDO GRECO

- As Garantias Fundamentais do Processo na Execução Fiscal
 1. O atraso garantístico.
 2. A desjudicialização da execução fiscal.
 3. Em busca de um processo fiscal justo.
 4. As garantias processuais da Fazenda Pública.
 5. As garantias fundamentais do devedor.
 6. O contraditório.
 7. A ampla defesa.
 8. A publicidade.

347.952(81)
E96c



9. O Direito à prova.
10. A proibição de provas ilícitas.
11. Ônus da prova.
12. A fundamentação do lançamento e da inscrição fiscal.
13. O direcionamento da execução contra outros responsáveis.
14. Requisitos formais da certidão da dívida ativa.
15. Citação pelo correio.
16. A substituição dos bens penhorados.
17. Inadmissibilidade dos embargos sem prévia garantia do juízo.
18. Concentração das preliminares nos embargos.
19. Adjudicação pela Fazenda.
20. Intimações pessoais do representante da Fazenda.
21. Embargos de alçada.
22. Renúncia ao processo administrativo.
23. Requisição dos processos administrativos fiscais.
24. O encargo do Decreto-lei nº 1.025/69.
25. A interrupção da prescrição.
26. Fraude de execução.
27. Conclusão.

249

LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA

- Suspensão da Execução
 - 1.0 curso do procedimento e seus momentos de crise.
 2. Suspensão da execução.
 3. Causas de suspensão da execução.
 4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução.
 5. Ação rescisória e suspensão da execução.
 6. Exceções ou objeções de pré-executividade e sua relação com a execução: constituem causa de suspensão desta?
 7. Ações auto(defesas heterotópicas), conexão por prejudicialidade e (in)viabilidade de se suspender a execução.
 8. Efeitos da suspensão da execução.

267

MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE

- A Penhora de Parcela de Faturamento de Empresa e suas Restrições
 1. A penhora é um instituto de Direito Civil ou de Direito Processual Civil?
 - 2.0 sistema de preferência quanto à ordem de penhora de bens e direitos.
 3. O conceito de faturamento.
 4. Outros limites qualitativos e quantitativos da penhora

347.952(81)

E96c



de parcela de faturamento. Conclusões 305

MARIA ELIZABETH DE CASTRO LOPES

- O Princípio do Contraditório no Processo de Execução
 1. Introdução.
 2. Abrangência do princípio do contraditório.
 3. Contraditório e princípios afins.
 4. Contraditório no processo de execução.
 5. A chamada exceção de pré-executividade.
 - 6.0 Contraditório nas ações autônomas.
 7. Contraditório e efetividade do processo.319

OLAVO DE OLIVEIRA NETO

- O Reconhecimento Judicial da Fraude de Execução
 - Introdução.
 1. Requisitos gerais.
 2. Hipóteses de ocorrência.
 3. Diferença entre fraude de execução e alienação de bens gravados.
 4. O ato que decreta a fraude de execução. Conclusões.331

SÉRGIO SHIMURA

- A Execução Coletiva e os Direitos Individuais Homogêneos
 1. Introdução. Direitos individuais homogêneos.
 2. Competência.
 3. Habilitação dos interessados.
 4. Interessados fora do âmbito da competência territorial do juízo (art. 16, LACP; art. 103, CDC).
 5. Reparação fluida.
 6. Fundo de defesa dos direitos difusos.349

347.952(81)
E96c

